

## **CASTRO, LEITE DE**

\*militar; rev. 1930; min. Guerra 1930-1932.

*José Fernandes Leite de Castro* nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 5 de outubro de 1871. Seu pai, o marechal João Vicente Leite de Castro, escreveu o livro *Pátria, honra e dever*, que durante muito tempo serviu como manual de disciplina no Exército.

Sentou praça em fevereiro de 1887, ingressando na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS). Fez o curso de artilharia e em 1890 tornou-se alferes. Em 1893 combateu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e em 1894 foi promovido a primeiro-tenente. Comandou a única bateria de artilharia de campanha durante a batalha da Armação (9/2/1894) em Niterói (RJ), uma das muitas que se travaram durante a Revolta da Armada, movimento contra o governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Em seguida foi nomeado instrutor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Em 1896 foi designado membro da Comissão dos Trabalhos de Fortificação das Barras de Santos (SP) e de Copacabana, no Rio de Janeiro, e no ano seguinte auxiliou na elaboração do projeto de reconstrução da fortaleza de Santa Cruz, em Niterói (RJ). Em 1901 foi promovido a capitão e em 1907, a fim de proceder a estudos sobre material bélico, seguiu em comissão para a Europa, onde permaneceu até 1909. Em 1910, por ocasião da revolta dos praças na ilha das Cobras, servia na guarnição do Rio de Janeiro. Comandando o 1º Grupo de Obuseiros, da artilharia, foi escolhido para bombardear o quartel do Batalhão Naval, fato decisivo para que se debelasse imediatamente o levante. Em 1911, foi promovido a major.

No governo de Venceslau Brás (1914-1918), devido a seus conhecimentos técnicos, foi designado para chefiar uma missão militar à Europa para a aquisição de material bélico. Em 1916 foi promovido a tenente-coronel. Logo após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha (15/10/1917), foi para a França (1918) como membro e, depois, chefe da missão incumbida de estudar as operações bélicas. Ali ficou adido ao estado-maior da artilharia do Exército do general Charles Marie Emmanuel Mangin. Foi incumbido de elaborar planos de locomoção das forças aliadas, logrando vê-los aprovados pelas autoridades militares francesas que, ao término da guerra, indicaram seu nome à Sociedade das Nações para compor a comissão de limites da bacia do Sarre.

Promovido a coronel em 1919, passou a exercer no mesmo ano a chefia da Comissão de

Estudos de Operações e Aquisição, cargo em que se manteve até 1928. Em 1922 foi promovido a general de brigada, sendo depois nomeado diretor-geral de artilharia. Em 1927 foi designado membro da Comissão de Promoções do Exército e juiz do Conselho de Justiça Militar. Em 1928 tornou-se inspetor de defesa da costa.

#### NA REVOLUÇÃO DE 1930 E NO MINISTÉRIO DA GUERRA

Quando eclodiu a Revolução de 1930, em 3 de outubro, encontrava-se em Nova Friburgo (RJ), de onde veio para o Rio de Janeiro a fim de participar do movimento. Integrou assim o grupo de militares que em 24 de outubro depôs o presidente Washington Luís. Com a instalação, em 3 de novembro, do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, foi nomeado ministro da Guerra. Em janeiro de 1931, foi promovido a general de divisão.

No período seguinte, participou das reuniões do “Gabinete Negro”, denominação dada pela imprensa aos encontros informais dos chamados “jovens revolucionários” com Vargas, no palácio do Catete, para discutir os rumos da revolução. Esse contato com Getúlio era uma forma de pressioná-lo a manter-se dentro do ideário tenentista, de continuação do movimento revolucionário. O Gabinete Negro pode ser considerado o embrião do Clube 3 de Outubro, do qual Leite de Castro foi um dos incentivadores. Em novembro de 1930, ele assinou, juntamente com Osvaldo Aranha, José Isaías de Noronha, Francisco Campos, João Batista Luzardo e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, um telegrama em que se sugeria ao governador de Minas Gerais, Olegário Maciel, a formação da Legião de Outubro, destinada a sustentar a revolução.

Como ministro da Guerra, Leite de Castro atravessou um período administrativo muito difícil, devido às enormes dificuldades financeiras por que passava o país e também à indisciplina reinante do Exército, para cuja normalização tomou inúmeras providências, obtendo êxito em quase todas. Em sua gestão, o Estado-Maior do Exército cuidou da reorganização geral do Exército, da mobilização e do ensino militar. Todas as escolas e cursos passaram a funcionar. Foram também selecionadas comissões para tratar de vários problemas: comercialização da produção das fábricas e arsenais, Lei do Sorteio Militar, Lei de Promoções, reorganização de departamentos administrativos e da Justiça Militar, sistema de fundos e outros. Em junho de 1931 foi criado o Correio Aéreo Militar.

Constituiu-se ainda, com apoio do Ministério da Guerra, uma comissão de especialistas para estudar e propor medidas destinadas a implantar a ampla industrialização do ferro no país.

Durante a interventoria de Laudo Ferreira de Camargo em São Paulo (julho-novembro de 1931), participou de repetidas conferências com Vargas, Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça, e Abraão Ribeiro, secretário de Justiça do estado, na tentativa de encontrar uma solução para o impasse criado pela oposição entre os tradicionais grupos políticos paulistas, desejosos de reconquistar o poder, e os tenentes, liderados por Miguel Costa, que queriam preservar e aprofundar a revolução.

Em fevereiro de 1932, o *Diário Carioca* foi empastelado no Rio de Janeiro pelos tenentistas, o que foi considerado uma provocação aos políticos da Frente Única Gaúcha (FUG) e a seus representantes no ministério do governo provisório. Vargas não esclareceu o caso, e isso provocou o rompimento entre os gaúchos e o chefe do governo. Em março, pediram demissão de seus cargos Maurício Cardoso, novo ministro da Justiça; Batista Luzardo, chefe de Polícia do Distrito Federal; Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e João Neves da Fontoura, conselheiro do Banco do Brasil. Os dissidentes deslocaram-se, em seguida, para o Rio Grande do Sul, onde começaram uma acirrada campanha pela constitucionalização do país.

Em maio de 1932, Leite de Castro enfrentou uma nova crise militar, que se tornou conhecida como o “caso dos rabanetes e picolés”. Anistiados pela Revolução de 1930, os revolucionários de 1922 (“picolés”) foram em seguida reintegrados no Exército com antiguidade superior à dos demais companheiros, que se haviam vinculado ao movimento de 1930 pouco antes de sua eclosão. Os tenentes de 1922 eram apelidados de “picolés” porque, em sua maioria, se tinham mostrado “frios” diante dos movimentos posteriores. Em revidade, passaram a chamar de “rabanetes” os revolucionários de 1930, porque os consideravam “vermelhos por fora e brancos por dentro”.

A crise desencadeou-se quando os “rabanetes” telegrafaram ao ministro Leite de Castro protestando contra o fato de os “picolés” terem sido considerados mais antigos do que eles para efeitos de promoção. Com base nesse telegrama, Leite de Castro puniu disciplinarmente os “rabanetes”, o que provocou a solidariedade dos companheiros de todas as guarnições do país. O impasse foi solucionado com a criação de quadros paralelos para

os “picolés”, cujas promoções por antiguidade se fariam sem preenchimento de vaga e, portanto, sem prejuízo de seus camaradas “rabanetes”, de igual tempo de serviço. No entanto, o que havia sido apenas um problema de indisciplina deixou sequelas que ajudariam a fermentar, logo depois, uma verdadeira crise político-militar, a qual terminaria desembocando na Revolução Constitucionalista de 1932.

Quase ao mesmo tempo, a autoridade de Leite de Castro como ministro da Guerra passou a ser contestada pelo comandante da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada em Porto Alegre, general Francisco Ramos de Andrade Neves, que era ligado à FUG e ao interventor no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha. Em consequência da intromissão do ministro da Guerra nos negócios internos da 3ª RM, Andrade Neves pediu exoneração do cargo em 30 de maio de 1932. O fato provocou uma crise no governo gaúcho. Necessitando do apoio da FUG, Flores da Cunha ameaçou renunciar. Em telegrama a Osvaldo Aranha, agora ministro da Fazenda, afirmou que a saída do comandante da 3ª RM perturbaria a ordem pública. Aranha debateu o assunto com Getúlio, que procurou temporizar durante alguns dias.

Por sua vez, o comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, general Bertolo Klinger, que desde abril vinha combatendo a filiação de oficiais à sucursal do Clube 3 de Outubro fundada em Cuiabá, começou também a contestar a autoridade de Leite de Castro. Em maio de 1932, defendeu a idéia de que a oficialidade das guarnições deveria afastar-se das atividades políticas. A postura de Klinger foi tida como afronta direta ao ministro da Guerra, pois era sob o beneplácito de Leite de Castro que se processavam a politização do Exército e a atuação dos tenentistas.

Em São Paulo, em meados de 1932, tornava-se cada vez mais aguda a luta entre tenentismo e oligarquia. Qualquer acordo com o governo federal parecia impossível, pois as frentes únicas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais tinham concluído um entendimento preliminar de aliança política contra Vargas, até que fosse implantado um governo constitucional.

No começo de junho, João Neves da Fontoura, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), foi chamado por Getúlio e ainda procurou convencê-lo a renegar o tenentismo, reformar o ministério e dar cinco pastas às frentes únicas. Tais conversações entretanto fracassaram, e os grupos radicais gaúcho, mineiro e paulista, inclinados para a revolução,

passaram à ofensiva.

No final de junho de 1932, as frentes únicas exigiram uma mudança do ministério, com a qual tencionavam indicar Flores da Cunha para a pasta da Justiça e Maurício Cardoso para substituí-lo na interventoria gaúcha. Outra exigência que faziam era a mudança do ministro da Guerra. A idéia da recomposição ministerial foi aprovada pelos titulares das pastas, que pediram demissão coletiva, mas Vargas negou-se a aceitá-la.

No entanto, a 29 de junho de 1932, Leite de Castro foi exonerado do Ministério da Guerra, devido às contestações à sua autoridade e, ainda, à pressão dos próprios tenentistas, que, considerando-o politicamente desgastado, desejavam substituí-lo por outro representante do grupo. Andrade Neves foi mantido na 3ª RM, e o general da reserva Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso tornou-se o novo ministro da Guerra.

Decepcionado com a nomeação de Cardoso, Leite de Castro afastou-se temporariamente do ambiente político e militar. Em 1933 foi enviado à Europa, em companhia do major Henrique Ricardo Holl, em missão de compra de armas. Pouco antes, no mesmo ano, assumira a chefia da Comissão Brasileira de Criação e Desenvolvimento de Indústrias Militares, a qual deixou em 1936 para encabeçar a Comissão Militar Brasileira na Europa, com sede em Bruxelas. Em 21 de outubro de 1937, foi transferido para a reserva.

Morreu no Rio de Janeiro em 13 de dezembro de 1950.

*Robert Pechman*

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARNEIRO, G. *História*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos* (1945); *Jornal do Comércio* (14/12/1950); LAGO, L. *Generais*; LOPES, T. *Ministros*; MACEDO, R. *Efemérides*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1931 e 1932); NICOLAS, M. *Cem anos*; PEIXOTO, A. *Getúlio; Personalidades*; WANDERLEY, N. *História*.